ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de certificados digitais para atender às necessidades da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu. Os serviços a serem contratados incluem a emissão de certificados digitais do tipo A1, e-CPF e A1 e-CNPJ, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 meses.

1.2. Registro de Preços:

() SIM (x) NÃO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS BENS A SEREM PRESTADOS

2.1. Da Pesquisa de Preços

Em razão da necessidade da Administração Municipal de viabilizar a aquisição de certificados digitais, tanto para Pessoa Jurídica (CNPJ) quanto para Pessoa Física (CPF), com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos, procedeu-se à coleta de preços em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa foi realizada junto a fornecedores deste município, e, também por meio do PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, a fim de assegurar que os valores apresentados sejam viáveis, exequíveis e compatíveis com o mercado.

Diante disso, e considerando a urgência da contratação, estendeu-se a coleta de preços a fornecedor do município vizinho de Boa Esperança do Iguaçu, por se tratar da localidade mais próxima e capaz de atender à demanda de forma imediata.

1.			Modelo/ Marca	Escritório Contabilidade Cruzeiro do Iguaçu Ltda.	Escritório Gerente de Contabilidade LTDA	Banco de Preços PNCP
ITEM	Especificações	Unidade				
1	Certificado e-CNPJ A1 em nome da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu.	3 und	ICP-Brasil	R\$ 217,00	R\$ 215,00	210,00
2	Certificado e-CPF A1, em nome do presidente empossado.	3 und	ICP-Brasil	R\$ 150,00	R\$ 145,00	149,00

2.2. Da Descrição Detalhada

6319-4/00 SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL;

	Qtd	Valor Total
--	-----	-------------

ITEM	Especificações	Und		Valor Unitário	
1	Certificado e-CNPJ A1 em nome da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu.	Und.	3	R\$ 215,00	R\$ 645,00
2	Certificado e-CPF A1, em nome do presidente empossado.	Und.	3	R\$145,00	R\$ 435,00
Valor Total:					R\$ 1080,00

- 3.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 3.2. O quantitativo de aquisição e serviço foi estimado mediante análise de necessidade desta Casa de Leis.
- 3.3. Natureza do objeto:
- Comum (X) Especial ()

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

4.1. A presente contratação torna-se necessária em razão da troca da presidência desta entidade, fato que implica, entre outras providências administrativas, a revogação dos certificados digitais vinculados ao representante legal anterior e a emissão de novos certificados em nome do novo presidente. Tal medida é indispensável para garantir a continuidade das atividades institucionais e a regularização do acesso aos sistemas da Receita Federal, e-social, SIM-AM, SIAP, processos eletrônicos do TCE-PR, EFD-REINF, DCTF WEB, dentre outros que necessitam de assinatura digital válida e atualizada.

O certificado digital é um requisito técnico e jurídico essencial para assinatura de documentos eletrônicos, envio de informações fiscais e cumprimento de obrigações legais da instituição. A contratação de empresa especializada justifica-se ainda pela necessidade de suporte técnico qualificado, celeridade no processo de emissão e garantia de segurança das informações transmitidas por meio digital.

REQUISITANTE

4.1. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Câmara Municipal de Cruzeiro do Iguaçu-PR. A solicitação foi realizada pelo contador legislativo, devido à mudança da presidência.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço/menor percentual de desconto () por item; () por lote; (X) global

5.2. O regime de contratação será por menor preço GLOBAL. A escolha do critério se justifica-se pela natureza integrada do objeto.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Condições Especiais De Habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira):

6.2. Para fins de habilitação serão exigidas as Certidões Negativas de Débitos (CND), Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Será permitida a Subcontratação:
() Sim (x) Não

7.2. Obrigações Da Contratante

7.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Obrigações Da Contratada

7.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.3.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.3.8. Após homologação a contratada deve apresentar um modelo para confirmação se atende aos requisitos exigidos na descrição de formulação de demanda (DFD).

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto que se contrata deverá ser entregue no endereço desta Casa de Leis, na Avenida 13 de maio, 768, Centro, Cruzeiro do Iguaçu-Paraná, no horário pré-estabelecido. **A execução do objeto deverá ocorrer no prazo de até 03 (três) dias** após o pedido da Nota de Empenho/ordem de entrega.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto e da execução não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21.

9.2. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

9.4. A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.5. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

9.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

9.7. Fica designado a servidora **Jocineia Toldo**, matrícula nº 6106-01 portadora da Cédula de Identidade RG nº 92079821 e inscrita no CPF sob o nº 069.094.579-51 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.

9.8. Fica designada, como fiscal substituta a servidora **Cleonice Aparecida Varela**, matrícula nº 611423, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29767334 e inscrita no CPF sob o nº 020.102.629-56 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21.

9.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

9.10. Fica designada, como gestora de contratos a servidora **Agda Kayane Nunes de Oliveira**, matrícula nº 611422., para exercer a gestão contratual.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DE VALOR

10.1. O presente objeto se enquadra como serviço contínuo?

() SIM (x) NÃO

10.2. **O prazo de vigência será de 24 (vinte e quatro meses)**, a contar da assinatura do instrumento contratual e/ou nota empenho, observados os devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:

11.1. Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, sendo que o servidor **Rafael Costa Ferreira**, foi o responsável pela coleta de preços.

11.2. Como critérios de preço fora utilizado orçamentos com empresas do município, do município próximo Boa Esperança do Iguçu-PR e do Portal Nacional de Compras Públicas.

11.3. Estima-se o valor da contratação em R\$ **1080,00 (um mil e oitenta reais)**.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto desta dispensa de licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento dos produtos em cada autorização de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 3.3.90.39.00000000 – SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
01.031.0001.2003.3.3.90.39.00.00

14. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 19 de agosto de 2025.

Aprovado em: 20 de agosto de 2025.

Agda Kayane Nunes de Oliveira
Agente de Contratação

Reni Francischini
Presidente